

PRÁTICAS DE INCOME SMOOTHING E O CONSERVADORISMO CONDICIONAL EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO BRASILEIRAS

RAMON RODRIGUES DOS SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

MAURÍCIO ASSUERO LIMA DE FREITAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

JOSÉTE FLORÊNCIO DOS SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

RAPHAEL SILVEIRA GUERRA CAVALCANTI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

Agradecimento à órgão de fomento:

Esta pesquisa teve o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

PRÁTICAS DE *INCOME SMOOTHING* E O CONSERVADORISMO CONDICIONAL EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO BRASILEIRAS

1 INTRODUÇÃO

A forma de organização de uma empresa é considerada um fator que pode afetar a qualidade das informações reportadas (Ball & Shivakumar, 2005). No caso das cooperativas de crédito, que buscam desenvolver um equilíbrio entre o seu desempenho financeiro e o social, as relações de conflitos de agência são específicas para esse tipo de organização, em uma perspectiva principal-principal, pois todos os cooperados são proprietários, e, somente com a utilização dos serviços e da participação do cooperado é que a cooperativa se tornará mais forte e capaz de oferecer melhores serviços (Trindade & Bialoskorski Neto, 2014).

Em linhas gerais, estas organizações tendem a uma gestão que visa a maximização de valor, o crescimento e a manutenção de sua posição de mercado, embora tal maximização não assegure sua sobrevivência (Carvalho, Diaz, Bialoskorski Neto & Kalatzis, 2015). Com isso, a possibilidade de maximização da função de utilidade dos gestores através de decisões que afetem os ganhos criaria incentivos para que estratégias sejam utilizadas de modo a “esconder” ganhos em períodos mais rentáveis e os apresentando em épocas menos rentáveis.

Com o intuito de reduzir a volatilidade do lucro líquido e levando em consideração as motivações supracitadas, têm-se diversos mecanismos para o seu gerenciamento, dentre os quais é possível destacar o *income smoothing*, comumente traduzido como “suavização de resultados” e que busca, no contexto das cooperativas de crédito, preservar a distribuição de sobras aos cooperados ou alterar as percepções de risco da empresa pelo mercado, sendo vistas, por consequência, com mais confiança pelos investidores (Bressan, Souza & Bressan, 2017). Em uma discussão inicial, este fato é justificado por Hepworth (1953), ao destacar que os proprietários e credores de uma empresa sentem-se mais confiantes com a administração corporativa que é capaz de relatar lucros estáveis, do que se houver uma considerável flutuação dos lucros reportados.

Em complemento, dentre as decisões possíveis à disposição dos gestores, há a possibilidade de que estes sejam conservadores, ao reconhecer antecipadamente as perdas (ou “más” notícias) em detrimento aos lucros e ativos (as “boas” notícias), ou seja, subavaliando os ativos e superavaliando os passivos (Zeghal & Lahmar, 2018). Osma, Mora e Porcuna-Enguix (2019) destacam que a redução do otimismo no resultado divulgado é, teoricamente, uma característica do conservadorismo contábil, e ao mesmo tempo, uma consequência das práticas de *income smoothing*, visto que empresas conservadoras têm um menor nível de suavização de resultados. Dessa forma, entende-se que estas duas práticas influenciar um mesmo contexto, mesmo a partir de conceitos distintos.

Neste aspecto, este artigo tem como finalidade, em um primeiro esforço, analisar a relação das práticas de *income smoothing* no conservadorismo das cooperativas de crédito singulares brasileiras, partindo do pressuposto de que os lucros reportados pelas cooperativas de crédito sejam, na verdade, excedentes ou “sobras” apuradas pelo resultado de produtos e serviços no fim de cada ciclo anual. Esta dimensão influencia diretamente o crescimento destas instituições, que possuem características específicas, e, em especial, às relacionadas à política de intermediação financeira e a um conjunto único de disposição de direitos de participação, uma vez que os clientes, ao mesmo tempo, são associados e proprietários (Rixon & Lightstone, 2016; Jansen, Maehler & Wegner, 2018).

As cooperativas de crédito têm sido uma alternativa aos novos negócios e, com isso, são vistas como um recente objeto de pesquisa explorado em perspectivas multidisciplinares, sob a perspectiva da sua eficiência, do seu crescimento, da sua atuação, de boas práticas, entre outros, visto que, estes aspectos geram impactos positivos no desempenho das cooperativas de crédito.

Por outro lado, as limitações relacionadas ao seu funcionamento, regulação, metodologia contábil e às divulgações de seus resultados, também induzem à exploração de novos estudos.

Para atingir o problema de pesquisa, este artigo está dividido em mais cinco seções, além desta introdução. O próximo tópico trata do referencial teórico, abordando um survey sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), *income smoothing* e conservadorismo contábil, além de estudos correlatos às temáticas. No terceiro tópico, os procedimentos metodológicos, a partir dos trabalhos de Eckel (1981) e Ball e Shivakumar (2005), a amostra para este trabalho e os testes de diagnóstico de painel. Logo após, os resultados e respectivas análises, as considerações finais e as referências.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 *Income Smoothing* e o Conservadorismo Contábil

O *income smoothing*, também denominado de “suavização de resultados” tem o propósito de, ao proporcionar uma visão mais estável dos fluxos de resultados futuros, contribuir para que os investidores tenham uma visão reduzida do risco sistemático, além de um crescimento constante ao longo do tempo (Hepworth, 1953). Em linhas gerais, trabalhos como os de Eckel (1981) e Lambert (1984) fornecem classificações para os diferentes tipos de *income smoothing*. Para o primeiro, a suavização de resultados ocorre de dois modos: de forma natural e ou intencional. Já de acordo com Lambert (1984), o *income smoothing* pode ser classificado em discricionário ou não discricionário. Seguindo os presentes estudos, as abordagens preliminares sobre o gerenciamento de resultados contábeis partem, no Brasil, com mais ênfase dos trabalhos de Martinez (2001, 2006, 2013).

A prática da suavização de resultados, como citado, reduz a capacidade dos gestores em refletir a realidade econômica da empresa. Independente de qual seja a intenção dos gestores ao assim procederem, deve-se ter em mente que há outras formas destes exercerem esse poder arbitrário, tal como através do conservadorismo, uma vez que as empresas podem ser mais ou menos conservadoras em suas políticas contábeis, afetando assim o resultado (Martinez, 2001).

De acordo com Basu (1997), a prática do conservadorismo pode ser entendida como reconhecimento assimétrico de boas e más notícias, e por consequência espera-se que os lucros publicados reflitam perdas econômicas mais tempestivamente que ganhos econômicos. Watts (2003) trata o conservadorismo a partir de três perspectivas, quais sejam: a primeira, relacionada à tendência de maior rigorosidade para reconhecer os ganhos em detrimento as perdas, como forma de traçar métricas contratuais mais confiáveis; a segunda, que considera o conservadorismo como a máxima de “postergar receitas e antecipar despesas”; e, a terceira, a partir da subavaliação do Patrimônio Líquido por meio da redução do lucro contábil derivado do atraso no reconhecimento das receitas.

Pode-se classificar o conservadorismo contábil em dois tipos: condicional e incondicional (Ball & Shivakumar, 2005). O conservadorismo incondicional é relacionado à escolha de menor valor para ativos e receitas e de maior valor para passivos e despesas, e é inerente aos princípios e às normas contábeis, de modo que não depende de uma ação da gestão, o que neste aspecto pode estar relacionado ao componente não-discricionário do *income smoothing*. Já o conservadorismo condicional está atrelado à assimetria no reconhecimento de boas notícias (ganhos) e de más notícias (perdas), a qual depende de uma ação da gestão de reconhecer, antecipadamente ou não, as perdas, o que, neste contexto, está relacionado ao componente artificial (discricionário, arbitrário) da suavização.

Este artigo tem como finalidade aplicar o conservadorismo condicional, que pode ser definido como o viés contábil em relatar baixos valores para o patrimônio líquido independente de sinais de perdas econômicas prováveis, o que pode estar condicionado à prática do *income*

smoothing pelas cooperativas de crédito brasileiras. De acordo com Ball e Shivakumar (2005), os gestores possuiriam uma tendência histórica de antecipar as perdas, mas não realizam o mesmo procedimento para os lucros. Entretanto, no caso das cooperativas de crédito, diferente de empresas listadas em bolsa ou com participação acionária fechada, entende-se uma relação de *trade-off* com a suavização de resultados, visto que um maior reporte de perdas e um menor resultado resultaria em um ambiente direto de incerteza entre a cooperativa e seus cooperados, que ao mesmo tempo são clientes e sócios desta entidade. Neste contexto, tem-se a hipótese de pesquisa:

H1: As sobras reportadas nas cooperativas de crédito *non-smoothers* são mais conservadoras que as divulgadas pelas cooperativas de crédito *smoothers*.

Desta forma, esta hipótese parte do pressuposto de que as cooperativas de crédito *non-smoothers* reconheceriam mais oportunamente suas perdas econômicas do que as que *smoothers*, visto que não existiriam, para estas, fatores motivacionais para a suavização das sobras reportadas em suas demonstrações. Cabe lembrar que as relações entre *income smoothing* e conservadorismo condicional estão longe de ser óbvias ou mecânicas, visto que esta relação se dá à posição dos lucros em um determinado período e que a distribuição de lucros seria postergada ao longo do tempo, mantendo-se inalterada (Firnanti, 2019; Osma, Mora & Porcuna-Enguix, 2019).

Na sequência, é possível identificar trabalhos que explorem a produção científica sobre o *income smoothing* e os atributos da qualidade contábil aplicado às instituições bancárias e cooperativas de crédito, em segmentos, agrupamentos e períodos diferentes. Cabe ressaltar que ainda existe uma lacuna na literatura que analise a relação entre as práticas de *income smoothing* e o conservadorismo em cooperativas de crédito, visto que os trabalhos nacionais e, inclusive os internacionais analisam, isoladamente, o comportamento de um destes atributos.

2.2 Estudos Correlatos

O primeiro estudo sobre *income smoothing* em cooperativas de crédito brasileiras foi realizado por Maia, Bressan e Lamounier (2013) ao trabalhar com as cooperativas singulares vinculadas ao Sistema Cooperativo Sicoob no período entre o primeiro trimestre de 2001 até o terceiro trimestre de 2011. Os autores identificaram que existem cooperativas de crédito que praticam *income smoothing* com o objetivo de conter grandes oscilações nos seus resultados, uma vez que uma grande volatilidade pode indicar uma situação de fragilidade econômica e de risco, da cooperativa para os seus *shareholders*. Posteriormente, Bressan, Bressan e Silva Júnior (2015) corroboram com os resultados supracitados ao analisar o *income smoothing* nas cooperativas singulares vinculadas ao Sistema Cooperativo Sicredi, entre 2000 e 2010.

Em sequência, o estudo de Bressan, Bressan e Silva Júnior (2016) investigou a prática de gerenciamento de resultados na modalidade *Income Smoothing* nas cooperativas de crédito no Brasil filiadas ao Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi. A amostra foi composta por 149 cooperativas, com dados semestrais referentes ao período de 2001 a 2011, totalizando 2.300 observações. Os resultados sinalizam a utilização da discricionariedade contábil para suavizar os resultados, ou seja, o resultado estatisticamente positivo e significativo permite inferir que quanto maior o resultado não discricionário, maior tende a ser a despesa líquida com provisões para operações de crédito. Este resultado corrobora a percepção de analistas do Banco Central do Brasil de que as instituições financeiras brasileiras, independentemente de ser banco ou cooperativa de crédito, optam por suavizar os resultados.

Bressan, Souza e Bressan (2017) analisaram se as cooperativas de crédito filiadas à Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Uniced gerenciam seus resultados

contábeis, com a finalidade de reduzir a variabilidade dos retornos da instituição e transmitir uma sinalização de solidez aos cooperados. Os achados também indicaram a suavização dos resultados, ou seja, pode-se inferir que as cooperativas filiadas às Unicreds fazem uso da prática de gerenciamento de resultados, na modalidade *income smoothing*.

Já Carvalho, Pereira e Dantas (2018) verificam se as instituições financeiras brasileiras utiliza a parcela discricionária da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) como instrumento de gerenciamento de capital, analisando os dados trimestrais de 2000 a 2015 dos 50 maiores conglomerados e instituições financeiras com atuação no Sistema Financeiro Nacional (SFN), considerando duas variáveis representativas do nível de capital: o Índice de Basileia, medida regulamentar de requerimento de capital; e uma *proxy* baseada em informações contábeis. Os resultados dos testes revelaram que não há evidências de que os bancos brasileiros utilizem a discricionariedade na constituição da PCLD para fins de gerenciamento de capital. Por outro lado, reforçaram as evidências de estudos anteriores, nacionais e internacionais, sobre o tema, no sentido de que as instituições utilizam essa discricionariedade na PCLD com o propósito de gerenciamento de resultados.

Em relação aos trabalhos que destacam os atributos da qualidade da informação contábil, Arruda, Vieira, Paulo e Lucena (2015), partindo do pressuposto de que o processo de mensuração contábil das instituições financeiras se diferencia substancialmente das demais companhias, buscaram analisar os níveis de conservadorismo e persistência dos resultados contábeis das instituições financeiras abertas e fechadas brasileiras no período entre 1996 e 2013. Os resultados da pesquisa identificaram que nenhum dos tipos de instituições financeiras apresenta reconhecimento oportuno das perdas ocorridas no período analisado. Já em relação à persistência dos resultados contábeis, as análises apontaram que as instituições financeiras fechadas apresentam maior persistência em seus resultados contábeis que as instituições abertas, resultando em maior previsibilidade dos lucros futuros pelos lucros presentes.

Por fim, em um primeiro esforço para analisar os atributos da qualidade da informação contábil em cooperativas de crédito, o trabalho de Diniz e Girão (2019) verificou a persistência das sobras nestas instituições entre os anos de 2000 e 2017, através de um painel balanceado entre 2000 e 2017, em um total de 700 cooperativas e 12.600 observações, divididas em duas amostras (cooperativas maiores e menores, acima e abaixo dos R\$50 milhões de ativos totais, respectivamente), aplicando o modelo de Dechow e Schrand (2004). Os resultados identificaram que há uma persistência nas sobras de todo o conjunto de cooperativas de crédito singulares no período analisado, destacando que as cooperativas de crédito maiores apresentam maior persistência das sobras que as cooperativas de crédito menores.

3 METODOLOGIA

3.1 Amostra da Pesquisa

A população deste trabalho é composta pelas cooperativas de crédito brasileiras, singulares, centrais e confederações, filiadas ou não aos sistemas cooperativos existentes, sob a supervisão do Banco Central do Brasil (Banco Central do Brasil [Bacen], 2019) e em funcionamento no país, em periodicidade anual, entre 2012 e 2018, em um total de 7.714 observações. Cabe ressaltar que esta pesquisa contemplou os anos de 2010 e 2011 para a estimação das variáveis com cálculo defasado ($t - 1$ e $t - 2$) e que o período inicial remete à disponibilização dos Documentos 4016 (balanços) no *site* do Banco Central do Brasil e da vigência integral dos efeitos da Lei Complementar nº 130 (Bacen, 2009) que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, até o último exercício social completo.

Partindo-se do pressuposto de que todas as negociações com os cooperados está a cargo das singulares, e que as centrais e confederações tem a função de suporte operacional na

prestação de serviços e ao acesso aos produtos do mercado financeiro, propõe-se, como amostra de pesquisa, apenas as cooperativas singulares, uma vez que o exame em conjunto com os dados das centrais e confederações poderia causar viés nos resultados apontados, excluindo-se um total de 264 observações.

Logo após uma conferência entre as cooperativas listadas no *site* do Bacen e às que reportaram seus balanços nos respectivos períodos, foram excluídas as cooperativas que não possuíam todas as observações para o período analisado, totalizando 6.300 observações. O painel balanceado é adequado até este momento, visto que precisam ser calculados os indicadores baseados nos modelos de Eckel (1981) e Ball e Shivakumar (2005) entre 2012 e 2018. Entende-se que, após o cálculo, as observações podem ser tratadas individualmente, podendo resultar inclusive em um painel não balanceado.

Os dados propostos no presente estudo já desconsideram as cooperativas em processo de incorporação, cujos dados foram consolidados nas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias, conforme a Circular nº 1.273 (Bacen, 1987). O documento 4016 é enviado ao Banco Central até o último dia útil dos meses de julho (referente ao período de 01/01 a 30/06) e de janeiro do exercício subsequente (referente ao último exercício social, ou seja, 01/01 a 31/12), entretanto, para o presente estudo, buscou-se utilizar as observações apenas em periodicidade anual, visto o encerramento do exercícios. A Tabela 1 apresenta a sequência do tratamento dos dados para a composição da amostra da pesquisa.

Tabela 1

Amostra da Pesquisa

(=)	Observações Iniciais	7.714
(-)	Confederações de Cooperativas de Crédito	25
(-)	Cooperativas Centrais de Crédito	239
(-)	Conferência: Relatório BC x Documento 4016	36
	Observações totais não balanceadas	7.414
(-)	Observações faltantes	1.114
(=)	Observações totais	6.300
(-)	Cooperativas com Patrimônio Líquido Negativo (PL à Descoberto)	63
(=)	Cooperativas sem Patrimônio Líquido Negativo	6.237
(-)	Variáveis com erros ou incompletas relativos ao modelo de Eckel (1981) - Sem Receita Operacional da cooperativa <i>i</i> no período <i>t</i> .	28
(-)	Variáveis com erros ou incompletas relativos ao modelo de Eckel (1981) - Sem Resultado Líquido (Sobras ou Perdas) da cooperativa <i>i</i> no período <i>t</i> .	287
(=)	Observações sem erros ou incompletas relativos ao modelo de Eckel (1981)	5.922
(-)	Variáveis com erros ou incompletas relativos ao modelo de Ball e Shivakumar (2005)	-
(=)	Observações sem erros ou incompletas relativos ao modelo de Ball e Shivakumar (2005)	5.922
(-)	Observações na “área cinzenta” do modelo de Eckel (1981)	165
(=)	Observações válidas	5.757
(-)	Observações +/- 3 Desvios-Padrão para o modelo de Eckel (1981)	34
(-)	Observações +/- 3 Desvios-Padrão para o modelo de Ball e Shivakumar (2005)	6
(=)	Observações válidas	5.717
	Cooperativas de Crédito Singulares <i>Smoothers</i>	3.125
	Cooperativas de Crédito Singulares <i>Non-Smoothers</i>	2.592

De acordo com a Tabela 1, a amostra para este artigo foi composta por um total de 5.717 observações, das quais 3.125 (54,6%) correspondem àquelas cooperativas de crédito que, a partir do modelo de Eckel (1981) suavizaram os seus resultados (*smoothers*) e 2.592 (45,4%) as que não suavizaram (*non-smoothers*). Esta amostra reforça a tese de que as cooperativas de crédito brasileiras realizam *income smoothing*, conforme já demonstrado em estudos anteriores

(Maia, Bressan e Lamounier, 2013; Bressan, Bressan & Silva Júnior, 2016; Bressan, Souza & Bressan, 2017; Carvalho, Pereira & Dantas, 2018).

3.2 Modelos Propostos e Testes de Diagnóstico de Painel

Primeiramente, este trabalho propõe a operacionalização das cooperativas de crédito em suavizadoras (*smoothers*) e não suavizadoras (*non-smoothers*), a partir da metodologia proposta por Eckel (1981), adaptada para as cooperativas de crédito, e, em sequência, para a mensuração do nível de conservadorismo, adaptando o modelo proposto por Ball e Shivakumar (2005) para estas mesmas instituições.

O Índice de Suavização de Eckel (1981), busca identificar se uma empresa suaviza de forma artificial os seus resultados ou não, partindo da premissa de que as receitas e os custos são lineares ao longo do tempo, crescendo ou diminuindo na mesma proporção. Logo, quando essa relação não ocorre, pode existir alguma interferência dos executivos para suavizarem os resultados. A lógica na utilização deste modelo é para que haja a possibilidade de divisão, de maneira objetiva, da amostra em dois grupos de firmas: as suavizadoras (*smoothers*) e as não suavizadoras (*non-smoothers*).

Para observar essa relação entre lucro e receita, são utilizados os coeficientes de variação percentual do lucro e da receita de vendas. Cabe ressaltar que no caso das instituições financeiras, as receitas decorrentes de intermediação financeira, prestação de serviços bancários e tarifas bancárias foram consideradas para determinar a variação das vendas; o lucro líquido se deu pela diferença entre o imposto de renda e a participação nos lucros por parte dos funcionários do resultado antes da tributação (Santos, Rodrigues, Anjos & Tavares, 2019), conforme a Equação 1.

$$CV\Delta\%Resultado\ Líquido \leq CV\Delta\%Receita\ Operacional = Suavização \quad (1)$$

Em que: $CV\Delta\%Resultado\ Líquido = (Resultado\ Líquido_t - Resultado\ Líquido_{t-1}) / Resultado\ Líquido_{t-1}$ e $CV\Delta\%Vendas = (Receita\ Operacional_t - Receita\ Operacional_{t-1}) / Receita_{t-1}$.

A partir desses dados, calcula-se a suavização de resultados, expressa pela fórmula do Índice de Suavização de Eckel (IE), de acordo com a Equação 2.

$$IE = \frac{CV\Delta\%Resultado\ Líquido}{CV\Delta\%Receita\ Operacional} \quad (2)$$

Seguindo o procedimento de Martinez e Castro (2011) estabelece-se um intervalo entre 0,9 e 1,1, como “área cinzenta”, onde não é possível classificar as firmas em *smoothers* e *non-smoothers*. Esse procedimento permite a classificação das firmas de maneira objetiva, reduzindo risco de viés por parte do pesquisador. As observações dentro desse intervalo podem ser excluídas ou estudadas *a posteriori*, sendo consideradas como instituições neutras (neutras). Para visualizar esse intervalo, a fórmula a seguir apresenta a área cinzenta:

$$0,9 \leq \left| \frac{CV\Delta\%Lucro\ Líquido}{CV\Delta\%Vendas} \right| \leq 1,1 \quad (3)$$

Isso significa que, se o índice obtido for menor que 0,9, a cooperativa de crédito pratica *income smoothing* e, se o índice obtido for maior que 1,1, a cooperativa de crédito não praticou *income smoothing*. Nesta perspectiva, propõe-se uma recodificação da variável IE,

transformando-a em uma variável binária (*dummy*), em que se atribui 1 (um) para as companhias que apresentaram coeficiente menor que 0,9 e 0 (zero), para as companhias que apresentaram esse coeficiente acima de 1,1.

Em sequência, para a mensuração do nível de conservadorismo das cooperativas de crédito singulares brasileiras, adaptando-se o modelo condicional proposto por Ball e Shivakumar (2005) para estas instituições, conforme a Equação 4.

$$\Delta NI_{it} = \beta_0 + \beta_1 D\Delta NI_{it-1} + \beta_2 \Delta NI_{it-1} + \beta_3 \Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1} \quad (4)$$

Em que: ΔNI_{it} : variação nas sobras líquidas da cooperativa i do ano $t-1$ para o ano t ; $D\Delta NI_{it-1}$: variável *dummy* que indica se existiu uma variação negativa nas sobras líquidas da cooperativa i do ano $t-1$ para o ano t (ΔNI_{it}), assumindo 1 (um) se $\Delta NI_{it} < 0$, e 0 (zero) caso contrário; NI_{it-1} : variação nas sobras líquidas da cooperativa i do ano $t-2$ para o ano $t-1$; e ε_{it} : erro-padrão robusto, pela matriz HAC de *Newey-West*.

O reconhecimento intempestivo dos ganhos econômicos, adiando a incorporação no resultado até que esses aumentos no fluxo de caixa sejam realizados, faz com que os ganhos sejam reconhecidos como componentes positivos “persistentes” do lucro contábil, os quais não tendem a ser revertidos. Logo, a implicação do modelo original do conservadorismo condicional é de que $\beta_2 = 0$, ao passo que o reconhecimento oportuno das perdas é medido pelo coeficiente β_3 . Com isso, para as cooperativas que apresentarem o conservadorismo condicional em seus relatórios, espera-se que as perdas econômicas sejam reconhecidas mais oportunamente do que os ganhos, como uma diminuição transitória desses. Assim sendo, a implicação é a de que $\beta_3 < 0$ e de que $\beta_2 + \beta_3 < 0$ (Ball & Shivakumar, 2005).

Para analisar a relação entre as práticas de *income smoothing* e do conservadorismo condicional das cooperativas de crédito, utilizou-se uma regressão de dados em painel, com o apoio do *software* estatístico *Gretl*. A principal vantagem da utilização dos modelos de dados em painel está relacionada a combinação das series temporais com observações em corte transversal, e por consequência, um maior controle da heterogeneidade das observações, o aproveitamento de uma maior quantidade de informações, além de mitigar o impacto das variáveis omitidas sobre os resultados da regressão (Fávero & Belfiore, 2017).

Preliminarmente, os testes de validação tiveram a finalidade de analisar a aplicação do modelo estimado por Mínimos Quadrados Ordinários ou por análise em painel fixos ou aleatórios. Para a análise entre a estimação por MQO e a modelagem de dados em painel por efeitos fixos, foi realizado o Teste de *Chow*, com a hipótese nula de que os interceptos das *dummies* possuem os mesmos parâmetros. O teste de *Chow* rejeitou a hipótese nula de estabilidade estrutural, o que indicou a utilização da modelagem de dados em painel de efeitos fixos (*p-valor*: 0,000). O modelo de regressão de dados em painel com efeitos fixos, uma vez que considera a existência de efeitos individuais que representam as heterogeneidades entre os indivíduos e capturam as suas diferenças invariantes no tempo, ou seja, as diferenças nos interceptos, e não nas inclinações (Gujarati & Porter, 2011; Fávero & Belfiore, 2017).

Em sequência, aplicou-se o Teste de Breusch-Pagan, baseado no multiplicador de Lagrange (LM), com a finalidade de analisar se o modelo por MQO é mais relevante que a modelagem de dados em painel de efeitos aleatórios. Os resultados destacaram que o *p-valor* resultante do teste (0,164) invalida a hipótese da existência de possíveis efeitos aleatórios na amostra. A lógica por trás dos modelos estimados por efeitos aleatórios é que, ao contrário dos modelos estimados por efeitos fixos, a variação entre indivíduos é considerada aleatória e não correlacionada com as variáveis explicativas (Fávero & Belfiore, 2017).

Por fim, os autores sugerem o teste de Hausman para avaliar, dentre os modelos de dados em painel com efeitos fixos e aleatórios, qual o mais apropriado, partindo da hipótese nula de que os estimadores da modelagem por efeitos aleatórios são eficientes e consistentes. Por

consequência, se a hipótese for rejeitada, a estimação por efeitos fixos deve ser utilizada. Neste aspecto, o *p-valor* (0,000) permitiu rejeitar a hipótese nula, indicando a utilização do modelo por efeitos fixos.

Em complemento, a inclusão da estimação por MQO na análise dos painéis permite identificar a possível existência de multicolinearidade entre os estimadores, partindo do pressuposto de que, no teste de inflação da variância (FIV), valores mais próximos a 1,0 destacam que o conjunto de variáveis não é correlacionado, e que acima de 10,0 (em critérios mais conservadores, acima de 5,0 (Gujarati & Porter, 2011), o que não ocorreu em nenhuma das variáveis deste estudo. Na sequência, os resultados deste artigo apresentam uma estatística descritiva das variáveis, além da análise da correlação entre estas e, por fim, a aplicação da Equação 4, proposta para este trabalho, baseada nos modelos de conservadorismo de Ball e Shivakumar (2005).

4 RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta a composição dos painéis A e B, com a estatística descritiva das cooperativas de crédito *smoothers* e *non-smoothers*. De forma preliminar, observa-se que o desvio-padrão do índice de Eckel (IE), apesar do tratamento dos dados, ainda se apresentou elevado, entretanto, este fato não causa impactos nos resultados, tendo em vista que o mesmo foi utilizado apenas para o agrupamento entre as cooperativas que suavizaram ou não os seus resultados durante o período de análise.

Tabela 2
Estatística Descritiva

<i>Smoothers</i> (n = 3.125)					
Variáveis	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio-Padrão
IE	-10,74	-1,368	-599,9	0,899	41,54
ΔNI_{it}	0,196	0,148	-0,815	1,518	0,459
NI_{it-1}	0,198	0,165	-0,815	3,935	0,291
$\Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1}$	0,04	0,000	-0,791	2,031	0,158
<i>Non-Smoothers</i> (n = 2.592)					
Variáveis	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio-Padrão
IE	24,59	4,422	1,101	1173	86,39
ΔNI_{it}	0,145	0,122	-0,753	1,287	0,22
NI_{it-1}	0,193	0,168	-0,753	3,643	0,262
$\Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1}$	0,0333	0,000	-0,555	3,643	0,167

Nota. Legenda: *n*: número de observações; IE: Índice de Eckel (1981); ΔNI_{it} : variação nas sobras líquidas da cooperativa *i* do ano *t-1* para o ano *t*; $D\Delta NI_{it-1}$: variável *dummy* que indica se existiu uma variação negativa nas sobras líquidas da cooperativa *i* do ano *t-1* para o ano *t* (ΔNI_{it}), assumindo 1 (um) se $\Delta NI_{it} < 0$, e 0 (zero) caso contrário; e NI_{it-1} : variação nas sobras líquidas da cooperativa *i* do ano *t-2* para o ano *t-1*.

Pode-se destacar, conforme a tabela acima, que a variação nas sobras líquidas do ano *t-1* para o ano *t* nas cooperativas *smoothers*, é maior, com uma diferença de 5,1%, na média, e de 2,6%, na mediana, quando comparadas com as *non-smoothers*. O mesmo comportamento se mantém na variação nas sobras líquidas do ano *t-2* para o ano *t-1*, entretanto, com uma diferença menor, de 0,5%, na média, e de 0,3% da mediana. Esta maior variação entre as primeiras também pode ser justificada pelos valores extremos encontrados nas cooperativas de crédito *smoothers*, com destaque para o valor máximo deste grupo (151,8%), além do componente

discricionário das cooperativas que suavizam os seus resultados, o que permitiria uma maior manipulação nestas variações.

Em sequência, a Tabela 3 apresenta os resultados referentes à análise do conservadorismo nas cooperativas de crédito *smoothers* e *non-smoothers*, conforme a Equação 4.

Tabela 3
Resultados da Pesquisa

Variáveis	<i>Smoothers</i>		<i>Non-Smoothers</i>	
	Coefficiente	Erro-Padrão	Coefficiente	Erro-Padrão
Constante	0,252***	0,002	0,196***	0,007
$D\Delta NI_{it-1}$	-0,344***	0,004	0,267***	0,009
ΔNI_{it-1}	0,098***	0,008	0,074***	0,035
$\Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1}$	-0,166**	0,018	-0,222***	0,045
R-quadrado	0,751		0,621	
R-quadrado ajustado	0,750		0,591	
F (prob; <i>p</i> -valor)	257,437 (0,000)		461,729 (0,000)	
Observações (<i>n</i>)	3.125		2.592	

Nota. Legenda: $D\Delta NI_{it-1}$: variável *dummy* que indica se existiu uma variação negativa nas sobras líquidas da cooperativa *i* do ano *t*-1 para o ano *t* (ΔNI_{it}), assumindo 1 (um) se $\Delta NI_{it} < 0$, e 0 (zero) caso contrário; e NI_{it-1} : variação nas sobras líquidas da cooperativa *i* do ano *t*-2 para o ano *t*-1. Erro padrão entre parênteses. Significância: ***: 1%, **: 5% *: 10%

Conforme a Tabela 3, os resultados indicam um reconhecimento oportuno de boas notícias das cooperativas de crédito *smoothers* e *non-smoothers*, revertidas em períodos subsequentes (β_2). Com isso, os resultados destacam que a possibilidade de maximização da utilidade dos gestores através de decisões que afetem os ganhos das cooperativas de crédito criaria incentivos para que estes “escondam” ganhos em períodos mais rentáveis, apresentando-os em épocas menos rentáveis e respectivas reversões em exercícios subsequentes. Já a variável $\Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1}$ (β_3) indica um comportamento conservador nas duas classificações, o que implicaria também por parte das cooperativas de crédito, de forma geral, um reconhecimento oportuno das perdas, ainda que de forma mais significativa em cooperativas de crédito *non-smoothers*.

Cabe lembrar que de acordo com Lambert (1984), o *income smoothing* pode ser classificado em discricionário ou não discricionário. O gerenciamento do tipo “não discricionário” é aquele que se manifesta nas ocasiões de tomada de decisões sobre investimentos ou por exigência do órgão regulador, e, de fato, na variabilidade dos resultados obtidos. Já a técnica pelo tipo “discricionário”, entretanto, é atrelada exclusivamente às decisões contábeis tomadas pela empresa sem nenhuma ação real correspondente, através do excesso de provisão em relação ao mínimo obrigatório.

O Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo destaca que a carteira das cooperativas de crédito singulares permaneceu classificada majoritariamente em níveis de risco A e B. Contudo, observou-se, no período entre 2014 e 2017, uma ligeira deterioração da classificação de risco da carteira, com queda na proporção de operações em nível de risco A, e concomitante aumento na de níveis de risco B, C e D, o que aumenta o PCLD e por consequência, as perdas econômicas destas instituições; em 2017, o índice de cobertura de PCLD em relação à carteira total classificada (de A à H) foi de 1,72 (Bacen, 2018). Considerado o exposto, as cooperativas de crédito podem reverter seus ganhos ou perdas não necessariamente pelo componente conservador, mas, pela exigência do órgão regulador em provisionar e reverter no período subsequente as provisões para crédito com liquidação duvidosa, o PCLD, orientado pela Resolução nº 2.682 (Brasil, 1999).

Por fim, o somatório dos coeficientes β_2 e β_3 para as cooperativas de crédito *smoothers* e *non-smoothers* são respectivamente -0,068 e -0,148. Como em ambos os casos estes somatórios são menores que zero ($\beta_2 + \beta_3 < 0$), verificou-se que os números apresentam evidências empíricas de reconhecimento oportuno das perdas, sendo estas revertidas nos períodos seguintes. Em uma comparação entre o somatório dos coeficientes β_2 e β_3 do modelo apresentado na Equação 4, verificou-se que as cooperativas de crédito *non-smoothers* possuem uma maior reversão dos resultados negativos em relação às cooperativas de crédito *smoothers*, confirmando a hipótese proposta nesta pesquisa.

A divulgação de resultados negativos ou com uma grande variabilidade pode denotar uma situação de risco para as cooperativas de crédito, remetendo aos cooperados uma ideia de ineficiência ou até mesmo de insegurança econômico-financeira da entidade (Maia *et al.*, 2013). Por esta questão, entende-se que as cooperativas de crédito poderiam ser motivadas a gerenciar os seus resultados, não reportando perdas (as “más” notícias), ora aplicando critérios arbitrários para ocultar esta situação deficitária, ora reconhecendo as sobras ao longo de períodos futuros, à medida que os fluxos de caixa são realizados. Com isso, o poder discricionário do gestor ao praticar a suavização dos resultados estaria associado a um menor nível de conservadorismo, influenciando, por consequência, nas sobras reportadas pelas cooperativas de crédito *smoothers*.

Neste contexto, é importante analisar o quanto das práticas de conservadorismo condicional nestas instituições afetam o resultado destas entidades, visto que, quando o saldo de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é insuficiente para absorverem suas perdas, um maior reconhecimento destas operações de crédito faz com que as instituições financeiras enfrentem possíveis problemas de liquidez, forçando-os a reduzir a sua folga e o seu nível de empréstimos, agravando suas crises (Dantas, Carvalho & Pereira, 2018). Ademais, cabe ressaltar que, nas cooperativas de crédito, o capital social, diferentemente das instituições financeiras tradicionais, é resgatável; logo, o cooperado pode sair e resgatar todo o seu capital, o que o torna volátil, podendo comprometer inclusive indicadores relacionados à regulação prudencial, como o índice de Basileia (Diniz & Girão, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como finalidade, em um primeiro esforço, analisar a relação do conservadorismo condicional em cooperativas de crédito singulares brasileiras que suavizam ou não seus resultados no período entre 2012 e 2018, visto que trabalhos que relacionem os atributos da qualidade da informação contábil a estas instituições são escassos e de que às aplicações em instituições financeiras brasileiras ainda carecem de maiores resultados.

Para alcançar o propósito desta pesquisa, foi proposta a separação destas instituições em dois grupos conforme o modelo de Eckel (1981): cooperativas de crédito *smoothers*, considerando àquelas cooperativas i que no período t suavizaram os seus resultados (*smoothers*) e àquelas que não suavizam (*non-smoothers*). Em sequência, foi aplicado o modelo de conservadorismo condicional de Ball e Shivakumar (2005), que levou em consideração a variação das sobras para o período analisado, utilizando os anos de 2010 e 2011 para o cálculo defasado. Com isso, a amostra deste trabalho foi composta por um total de 5.717 observações, sendo 3.125 referentes às cooperativas de crédito que suavizam os seus resultados (*smoothers*) e 2.592 às que não suavizam (*non-smoothers*), cuja regressão foi estimada por meio de dados em painel com efeitos fixos, considerados os respectivos testes.

Em linhas gerais, os resultados destacam um maior nível de conservadorismo por parte das cooperativas de crédito *non-smoothers*, demonstrando que ao suavizar as sobras da cooperativa, os gestores buscam ser menos conservadores ao adiantar possíveis perdas, revertendo menores resultados em períodos subsequentes, o que confirma a hipótese proposta

nesta pesquisa. Este fato minimiza possíveis conflitos de agência, visto que, no extremo, resultados negativos sinalizam uma ineficiência da entidade em seus processos de intermediação financeira ou na gestão da carteira de operações de crédito, trazendo uma maior instabilidade para os seus cooperados, resultando até na redução do capital social da cooperativa.

Como visto, o presente trabalho buscou uma separação direta entre dois grupos para analisar o nível de conservadorismo nas cooperativas de crédito. Neste aspecto, sugerem-se para futuros trabalhos a adoção de um painel único, analisando as cooperativas de crédito como um todo, considerando, além disso, destaques relacionados ao comportamento específico de cooperativas de livre admissão ou a segmentação entre cooperativas plenas, clássicas e de capital e empréstimo, conforme a Resolução nº 4.434 (Bacen, 2015).

REFERÊNCIAS

- Arruda, M. P., Vieira, C. A., Paulo, E., & Lucena, W. G. (2015). Análise do conservadorismo e persistência dos resultados contábeis das instituições financeiras brasileiras. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 10(2), 23-35.
- Ball, R., & Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 83-128.
- Banco Central do Brasil [Bacen]. (1987). *Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987*. Instituem, para adoção obrigatória a partir do Balanço de 30.06.88, o anexo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Recuperado de https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1987/pdf/circ_1273_v1_o.pdf.
- Banco Central do Brasil [Bacen]. (1999). *Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999*. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Recuperado de https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf.
- Banco Central do Brasil [Bacen]. (2015). *Resolução nº 4.434 de 5 de agosto de 2015*. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Recuperado de https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48507/Res_4434_v1_O.pdf.
- Banco Central do Brasil [Bacen]. (2018). *Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*. 2017. Recuperado de https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/panorama_de_cooperativas2017.pdf.
- Banco Central do Brasil [Bacen]. (2019). *Relação de Instituições em Funcionamento no País* (transferência de arquivos). Recuperado de https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/relacao_instituicoes_funcionamento.
- Basu, S. (1997). The Conservatism Principle and the Asymmetric Timeliness of Earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 24(1), 3-37.
- Brasil. (2009). *Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp130.htm.

- Bressan, V. G. F., Souza, D. C. D., & Bressan, A. A. (2017). Income smoothing: a study of the health sector's credit unions. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 19(66), 627-643.
- Bressan, V. G. F., Bressan, A. A., & da Silva Júnior, J. M. (2015). Evitar Divulgar Perdas: Foi Uma Estratégia Utilizada na Última Década pelas Cooperativas de Crédito Filiadas ao Sicredi?. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, 2(3), 27-42.
- Bressan, V. G. F., Bressan, A. A., & Silva Junior, J. M. da (2016). Gerenciamento de resultados em cooperativas no Brasil: Avaliando o Income Smoothing às filiadas do Sicredi. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 9(3), 283-300.
- Bressan, V. G. F., Souza, D. C. D., & Bressan, A. A. (2017). Income smoothing: a study of the health sector's credit unions. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 19(66), 627-643.
- Carvalho, F. L., Diaz, M. D. M., Bialoskorski Neto, S. B., & Kalatzis, A. E. G. (2015). Saída e insucesso das cooperativas de crédito no Brasil: uma análise do risco. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(67), 70-84.
- Dechow, P. M. & Schrand, C. M. (2004). *Earnings quality*. Charlottesville (Virginia): CFA Institute.
- Diniz, M. M. & Girão, L. F. de A. P. (2019, julho). Persistência das Sobras: Uma análise nas Cooperativas de Crédito singulares brasileiras. *Anais do USP International Conference in Accounting*, São Paulo, SP, Brasil, 19.
- Eckel, N. (1981). The Income Smoothing Hypothesis Revisited. *Abacus*, 17(1), 28-40.
- Fávero, F., & Belfiore, P. (2017). *Manual de Análise de Dados: Estatística e Modelagem Multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Firnanti, F. (2019). The Influence of Dividend Policy and Income Tax on Income Smoothing. *Accounting and Finance Review*, 4(1), 15-20.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica*. Porto Alegre: AMGH Editora.
- Hepworth, S. R. (1953). Smoothing Periodic Income. *The Accounting Review*, 28(1), 32-39.
- Jansen, A., Maehler, A., & Wegner, D. (2018). Governança cooperativa e o dilema da legitimidade: Um estudo de caso em uma cooperativa de crédito. *Revista Iberoamericana de Estratégia*, 17(3), 61-80.
- Lambert, R. A. (1984). Income Smoothing as Rational Equilibrium Behavior. *Accounting Review*, 59 (4), 604-618.
- Maia, S. C., Bressan, V. G. F., Lamounier, W. M., & Braga, M. J. (2013). Gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito no Brasil. *Brazilian Business Review*, 10(4), 96 – 116.
- Martinez, A. L. (2001). “Gerenciamento” dos resultados contábeis: Estudo empírico das companhias abertas brasileiras (Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14052002-110538/pt-br.php>.
- Martinez, A. L. (2006). Minimizando a variabilidade dos resultados contábeis: Estudo empírico do *Income smoothing* no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 2(1), 9-25.
- Martinez, A. L., & Castro, M. A. R. (2011). The smoothing hypothesis, stock returns and risk in Brazil. *BAR-Brazilian Administration Review*, 8(1), 1-20.

- Martinez, A. L. (2013). Earnings management in Brazil: um *survey* da literatura. *Brazilian Business Review*, 10 (4), 1-31.
- Osma, B. G., Mora, A., & Porcuna-Enguix, L. (2019). Prudential Supervisors' Independence and Income Smoothing in European Banks. *Journal of Banking & Finance*, 102, 156-176.
- Rixon, D., & Lightstone, K. (2016). Impact of International Financial Reporting Standards on Canadian Credit Unions. *International Journal of Business, Accounting, & Finance*, 10(1), 90-102.
- Santos, W. P., Anjos, L. C., Rodrigues, R. N., & Tavares, M. F. N. (2019). Análise da Influência do Cenário Econômico Interno e Externo na Prática de *Income Smoothing* em Bancos Brasileiros. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 7(1), 78-93.
- Trindade, L. Z., & Bialoskorski Neto, S. (2014). Análise e percepção dos custos das práticas de governança corporativa: um estudo de caso. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 12(3), 64-97.
- Watts, R. L. (2003). Conservatism in accounting part I: Explanations and implications. *Accounting Horizons*, 17(3), 207-221.
- Zeghal, D., & Lahmar, Z. (2018). The effect of culture on accounting conservatism during adoption of IFRS in the EU. *International Journal of Accounting & Information Management*, 26(2), 311-330.